

Intervenção da Ministra da Juventude e Modernização no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2025

11 de novembro de 2024

- Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças
- Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
- Senhoras e Senhores Deputados

É com grande sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia para apresentar e discutir a proposta do Orçamento do Estado para 2025 nas áreas da juventude, modernização e igualdade.

Estas são áreas transversais. Como tal, é importante sublinhar que **o investimento do Governo nestas áreas vai muito para além do orçamento deste Ministério** – é um esforço conjunto, com o qual todo o Governo está comprometido.

Exemplo disso é o trabalho que temos vindo a desenvolver na área da **juventude**. A nossa missão é clara: **reter jovens em Portugal e dar-lhes as condições para se emanciparem.**

Já o disse e repito, esta não é uma escolha política! **É uma necessidade!** Portugal precisa dos seus jovens cá.

Este orçamento reflete esta prioridade, apresentando medidas concretas para permitir que os jovens possam construir o seu futuro em Portugal.

1. Em primeiro lugar, se queremos reter as novas gerações, temos de aumentar o rendimento líquido dos jovens. Para isso, propomos o alargamento do **IRS Jovem**, com três grandes alterações:

- O alargamento a todos os jovens até aos 35 anos, independentemente do seu grau de escolaridade;
- A extensão do período de aplicação deste benefício para 10 anos, o dobro do período atualmente em vigor;
- E o aumento do limite máximo do rendimento até ao qual se aplicam as isenções.

Esta proposta, muito mais abrangente e ambiciosa do que a que existe atualmente, representa um importante alívio na carga fiscal que os jovens enfrentam no início das suas carreiras, permitindo-lhes planear e construir o seu futuro com muito mais segurança.

2. Além do rendimento, sabemos que um dos maiores entraves à emancipação dos jovens é o acesso à **habitação**. Portugal tem uma das idades médias de saída de casa dos pais mais altas da Europa.

Para enfrentar este desafio, já implementámos medidas concretas:

- Desde agosto, está em vigor a **isenção de IMT, imposto do selo e emolumentos** na compra de primeira habitação para jovens até 35 anos. **Esta medida já chegou a cerca de 8.500 jovens**. E a nossa expectativa é que chegue a muitos mais.
- Até ao final do ano, estará também em pleno funcionamento a **Garantia Pública** para o crédito à habitação. A adesão das instituições de crédito foi um sucesso. **Aderiram 17 instituições de crédito. A partir de dezembro os jovens poderão aceder à garantia pública.**

Estas medidas respondem diretamente a um dos maiores entraves que os jovens enfrentam quando pensam em adquirir a sua primeira casa: a falta de liquidez para os custos iniciais.

No entanto, sabemos que nem todos os jovens querem ou podem comprar casa. Para apoiar esses jovens, reestruturámos o programa **Porta 65**, removendo o limite máximo da renda e simplificando o processo de candidatura. Reforçámos também o orçamento do Programa em 70%, elevando a sua dotação de 37 para 63 milhões de euros, de modo a abranger mais jovens.

Os resultados têm sido verdadeiramente positivos: **desde setembro, o número de candidaturas praticamente igualou o total registado entre janeiro e setembro** – o que confirma a importância de uma atualização do Porta 65 para responder às necessidades dos jovens.

3. A falta de **alojamento estudantil** é também uma realidade que temos vindo a enfrentar. A escassez de camas em residências estudantis representa hoje um dos maiores entraves ao acesso ao ensino superior – comprometendo significativamente a igualdade de oportunidades.

Para responder a este desafio, avançámos, ainda em maio, com um **plano de emergência para o alojamento estudantil**.

- Garantimos mais de 700 novas camas através de parcerias com as Pousadas de Juventude e a INATEL.
- E disponibilizámos uma linha de financiamento de 5,5 milhões de euros para as Instituições de Ensino Superior. Até 8 de novembro, última 5.^a feira, tinham sido contratadas 622 camas e estavam cerca de 230 em contratação. O que dá mais de 850 camas.

Além disso, introduzimos também um complemento de 50% no apoio ao alojamento para estudantes que se encontram ligeiramente acima dos critérios de elegibilidade. E alterámos ainda o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, para que os trabalhadores-estudantes

possam receber até 14 salários mínimos anuais sem perder o direito à bolsa.

4. Por fim, reconhecemos a importância da **saúde física e mental** para os jovens.

Por isso:

- Reforçámos o programa Cuida-te com mais 2 milhões de euros, possibilitando a contratação de mais profissionais de saúde.
- E, desde o dia 30 de setembro, os estudantes do Ensino Superior têm acesso, através do portal gov.pt, a mais de 100.000 consultas de psicologia e a mais de 50.000 consultas de nutrição por ano.

Só no primeiro mês, já recebemos mais de **6.500 pedidos**, o que reflete a urgência e a relevância desta medida.

A recolha e análise destes dados é essencial para avaliarmos o impacto das políticas implementadas – está já prevista uma avaliação de impacto desta medida para o final do primeiro semestre do ano letivo, permitindo, se necessário, fazer ajustes que tornem esta resposta ainda mais eficaz e ajustada às necessidades dos jovens.

Se me perguntarem: **este é um grande investimento?** Sim, é. Mas é um investimento essencial — o custo de ver a nossa geração mais qualificada continuar a emigrar seria muito mais elevado, tanto financeiramente como em termos de impacto social.

Não podemos permitir que isso aconteça!



No que diz respeito à **modernização**, estamos a realizar uma **reforma profunda no acesso aos serviços públicos**. Sabemos o impacto que o digital pode ter na qualidade de vida dos cidadãos e na competitividade da economia portuguesa. Por isso, estamos empenhados em acelerar a transformação digital do País.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 49/2024, que define as regras de serviços públicos digitais, demos um passo decisivo na modernização do atendimento público – com a criação de uma estratégia de atendimento omnicanal centrada no cidadão e nas empresas.

No centro desta transformação está o **gov.pt**, a nova marca única de atendimento que vai simplificar e melhorar a interação dos cidadãos e das empresas com as entidades da Administração Pública, eliminando a confusão dos múltiplos canais de atendimento que hoje existem.

Assente na abordagem de atendimento omnicanal, o gov.pt permitirá ao cidadão iniciar uma interação num dos quatro pontos únicos de entrada e concluí-la noutra, de forma contínua e integrada. A Linha Cidadão, o portal gov.pt, a app gov.pt e as Lojas e Espaços Cidadão serão as peças fundamentais de uma rede de atendimento interligada, que simplifica e facilita o acesso aos serviços públicos em qualquer local, canal ou dispositivo.

- No dia 30 de setembro, lançámos já o novo Portal Único de Serviços Digitais. O portal gov.pt é a principal porta de entrada para os serviços públicos digitais em Portugal e integrará, numa plataforma única e acessível, um vasto conjunto de serviços atualmente dispersos por dezenas de plataformas, proporcionando uma experiência mais simplificada e eficiente ao utilizador. Este lançamento marca a primeira fase de um processo contínuo de modernização do atendimento digital, que prosseguirá ao longo de 2025 com a integração progressiva de serviços e funcionalidades no portal gov.pt.



- No âmbito desta transformação, desde dia 1 de outubro, a Linha Cidadão passou a estar também disponível em inglês - eliminando uma barreira linguística importante e proporcionando um atendimento mais inclusivo e acessível.
- Paralelamente, durante o ano de 2025, vamos lançar a aplicação móvel gov.pt, concebida para facilitar ainda mais o acesso aos serviços públicos.

Esta aposta no digital será feita sem nunca comprometer o atendimento presencial nas Lojas de Cidadão e o apoio digital assistido nos Espaços Cidadão. Estes são essenciais para garantir a coesão territorial e a democratização do acesso aos serviços públicos.

Quando este Governo iniciou funções tinha 154 protocolos de Espaços Cidadão para assinar até setembro – isto representava mais de 1 protocolo por dia útil.

Não só cumprimos, como fomos mais além: em apenas 6 meses assinámos mais de 160 protocolos.

Em 2025, o Governo intensificará os seus esforços para garantir que estes pontos de atendimento cobrem mais municípios e chegam a um maior número de pessoas.

Com estas iniciativas, estamos a construir um Estado mais próximo, mais digital e mais eficiente, onde os serviços públicos estão verdadeiramente ao alcance de todos, em qualquer momento e em qualquer lugar.

A transformação digital e a interoperabilidade dos serviços públicos são o futuro da administração pública. Precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente interoperáveis, que comuniquem entre si e que simplifiquem o acesso dos cidadãos aos serviços de que necessitam. Não faz sentido que um cidadão tenha de se deslocar a duas entidades diferentes para resolver um único assunto. É nossa responsabilidade assegurar que o acesso aos serviços públicos é rápido, fluido e integrado, eliminando barreiras burocráticas desnecessárias.

É com este propósito que, juntamente com a nova abordagem de atendimento omnicanal e a marca gov.pt, estamos a investir na interoperabilidade dos serviços públicos. Esta não é apenas uma questão de eficiência, mas sim de respeito pelos cidadãos.

Mas tudo isto faz parte de um desígnio maior.

Ainda este ano, será apresentada a **Estratégia Digital Nacional**, que traçará o caminho da transformação digital para Portugal até 2030.

Alinhada com a Década Digital da União Europeia, esta Estratégia assenta em quatro dimensões fundamentais: **Pessoas, Empresas, Estado e Infraestruturas** – e será composta por iniciativas concretas, desdobradas em ações específicas, que têm como objetivo garantir que Portugal se posiciona como um país digitalmente avançado e inclusivo.

Entre as iniciativas que integrarão a Estratégia, estará a **Agenda Nacional de Inteligência Artificial**, cujo plano de ação será apresentado no início de 2025.

Esta Agenda terá como objetivo definir prioridades e criar um ecossistema robusto e ético de IA em Portugal, promovendo simultaneamente a produtividade e a competitividade da economia portuguesa e o aumento da qualidade da vida dos cidadãos.

Com uma abordagem orientada para a inovação responsável, a Agenda de IA terá entre as suas principais prioridades a criação de ambientes seguros para o desenvolvimento de IA, a atração e retenção de talento especializado, e o fortalecimento das infraestruturas tecnológicas – sempre com um objetivo em mente: posicionar Portugal na vanguarda da inovação digital.

Uma vez mais, este não é apenas um desígnio tecnológico, mas um compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da nossa economia. **O digital não pode ser uma ferramenta para alguns, mas uma oportunidade para todos.**

No que diz respeito à **Igualdade**, a estratégia delineada no Orçamento do Estado reflete o compromisso do Governo em integrar, de forma consistente e transversal, a perspetiva de igualdade de género em todas as políticas públicas.

Como referi no início da minha intervenção, este não um esforço exclusivo deste Ministério – é um compromisso de todo o Governo!

Um exemplo claro é o reforço do investimento na prevenção e combate à violência doméstica. Para 2025, a proposta de Orçamento do Estado aloca 26 milhões de euros a esta medida, o maior investimento de sempre nesta área.

Reconhecemos que as políticas públicas de igualdade não podem depender de fundos comunitários ou de receitas dos jogos sociais. Este Orçamento avança com uma estrutura de financiamento mais sólida e sustentável, que permitirá:

- assegurar a continuidade de medidas estruturais, como a teleassistência e o transporte das vítimas;
- e libertar verbas dos jogos sociais, que antes cobriam as falhas no financiamento destas duas medidas, para serem aplicadas em outros projetos na área da igualdade entre mulheres e homens, violência contra mulheres e ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género, bem como proteção das vítimas de tráfico de seres humanos.

Na proposta de Orçamento do Estado, duplicámos ainda o montante destinado à **autonomização das vítimas de violência doméstica**.

Além de prevenir e combater este flagelo, temos de assegurar que as vítimas e os seus filhos recebem o apoio necessário para recomeçarem as suas vidas em segurança e com dignidade.

Com este objetivo em mente, o Governo está comprometido em desenvolver políticas integradas e sustentáveis que ofereçam apoio que vá além das respostas de emergência, incluindo formação, acesso ao emprego, apoio habitacional e acompanhamento psicológico.

Estas medidas são essenciais para quebrar o ciclo de violência, garantir a independência das vítimas e evitar a sua revitimização.

No que diz respeito ao combate ao **tráfico de seres humanos**, será apresentado, até ao final do ano, o V Plano de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Este plano incluirá ações como a formação e capacitação de profissionais, o reforço de mecanismos para proteção das vítimas e a garantia de acesso integral à justiça.

Sabemos que ainda persistem desigualdades estruturais que penalizam as mulheres em várias dimensões da nossa sociedade. Para enfrentar esta realidade, é essencial de reforçar o cumprimento do princípio "salário igual para trabalho igual ou de igual valor" e investir em medidas concretas de combate às desigualdades salariais.

Mas não podemos ficar por aqui. Temos de promover a conciliação entre a vida profissional e familiar, com uma partilha mais equilibrada das responsabilidades parentais. Temos de incentivar as raparigas a seguir áreas de estudo e carreiras com oportunidades de empregos bem remunerados. E temos de atrair mais rapazes para profissões relacionadas, com os cuidados, com vista a desafiar os estereótipos de género que perpetuam a divisão tradicional do trabalho. Só assim conseguiremos reduzir a disparidade de rendimentos que ainda persiste.



Este Ministério continuará a trabalhar para concretizar estas e muitas outras medidas com que nos comprometemos, acompanhando de perto cada uma das iniciativas para garantir que produzem o impacto esperado e que servem realmente as necessidades e o interesse das pessoas e do País.

Com este Orçamento, reforçamos um compromisso com o presente e o futuro de Portugal.

Muito obrigada!